



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

ATO Nº 121/2018 (*)

Dispõe sobre a alteração do Anexo I do Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP Quadriênio 2018/2021, aprovado por meio do Ato TRT7 nº 04/2018.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP Quadriênio 2018/2021, aprovado por meio do Ato TRT7 nº 04/2018;

CONSIDERANDO a solicitação de alteração do anexo I do Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) 2018-2021, requerida pela Secretária de Controle Interno, mediante Despachos TRT7 SCI Nº 79/2018 e 88/2018 (Proad 6.217/2018),

RESOLVE:

Art.1º Alterar o Anexo I do Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP Quadriênio 2018/2021, aprovado por meio do Ato TRT7 nº 04/2018, na forma do anexo deste ato.

Art.2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE , CUMPRA-SE.

Fortaleza(CE), 07 de agosto de 2018.

PLAUTO CARNEIRO PORTO

Presidente do Tribunal

(*) Ato republicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 2541, 16 ago. 2018. Caderno Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, p. 1.



Fonte: Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 2539, 14 ago. 2018. Caderno Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, p. 1.

PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – QUADRIÊNIO 2018/2021

ANEXO I

PLANO ESTRATÉGICO DO TRT 7 – PEI – 2015/2020						
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:						
Nº 1. Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida						
Nº 2. Aperfeiçoar a gestão de custos						
Nº 3. Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC						
Nº 8. Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção						
TEMAS/OBJETOS DE AUDITORIA	CRITÉRIOS	SEÇÃO	EXERCÍCIOS			
			2018	2019	2020	2021
1. GESTÃO DA GOVERNANÇA E COMBATE À CORRUPÇÃO						
1.1 Transparência Pública/Contas Públicas	Relevância: Estímulo e fortalecimento do Controle Social.	SCGOF		X		X
1.1.1 Informações Financeiras e Orçamentárias			SCGAP	X		
1.1.2 Informações Administrativas e Patrimoniais		SCGP		X		X
1.1.3 Informações de Pessoal						
1.2 Ações de Governança Institucional	Relevância: Impulsiona a eficiência operacional, contribuindo não só para o atendimento dos objetivos estratégicos do Tribunal, como também para o fortalecimento da instituição.	SCGAP SCGOF SCGP			X	
1.3 Resultados das metas estabelecidas no Plano Estratégico Institucional (PEI 2015/2020)	Relevância: O PEI é instrumento de fundamental importância para orientar os desdobramentos, a execução (iniciativas, ações e projetos) e a comunicação da estratégia necessários ao alcance dos objetivos e metas institucionais.	SCGOF		X		
2. GESTÃO DE AQUISIÇÕES						
2.1 Processos de licitação e de adesão a atas de registro de preços	Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca de 79% das despesas, a exceção de pessoal, foram realizadas por meio de licitação (Anexo II - Quadro III).	SCGAP	X		X	
2.2 Processos de dispensa e de inexigibilidade	Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca de 20% das despesas foram realizadas por meio de dispensa ou inexigibilidade (Anexo II - Quadro III).	SCGAP	X	X	X	X
2.3 Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e de obras	Relevância: Constitui determinação específica em auditorias de contas regulamentadas pelo TCU, bem como aspecto de relevo no contexto das políticas de preservação do meio-ambiente.	SCGAP		X		X

PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – QUADRIÊNIO 2018/2021

ANEXO I

TEMAS/OBJETOS DE AUDITORIA	CRITÉRIOS	SEÇÃO	EXERCÍCIOS			
			2018	2019	2020	2021
2. GESTÃO DE AQUISIÇÕES						
2.4 Obras e serviços de engenharia	Criticidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca de 4% das despesas totais excluídas as despesas com pessoal e encargos sociais (Ver Quadros IV e V).	SCGAP	X	X	X	X
2.5 Controles internos administrativos referentes às aquisições	Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca de 49% das despesas, a exceção de pessoal, são referentes a aquisições (Ver Quadros III e V).	SCGAP			X	
3. GESTÃO CONTRATUAL						
3.1 Contratos de serviços terceirizados	Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca de 13% das despesas, a exceção de pessoal, são referente a serviços terceirizados (Ver Quadro VI).	SCGAP		X		X
3.2 Contratos de obras e serviços de engenharia	Criticidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca de 4% das despesas totais excluídas as despesas com Pessoal e Encargos Sociais (Ver Quadros IV e V).	SCGAP		X		X
3.3 Demais contratos de bens e de serviços	Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca de 49% das despesas, a exceção de pessoal, são referentes a aquisições (Ver Quadros III e V).	SCGAP		X		X
3.4 Controles internos administrativos relacionados à gestão de contratos	Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca de 49% das despesas, a exceção de pessoal, são referentes a aquisições (Ver Quadros III e V).	SCGAP		X		X
4. GESTÃO PATRIMONIAL						
4.1 Gestão de bens móveis e de materiais de consumo	Materialidade e Criticidade: No último levantamento de bens patrimoniais foram relacionados 29455 bens permanentes sob gestão das unidades administrativas e judiciárias. O procedimento de inventário patrimonial foi iniciado em 2014 e ainda se encontra inconcluso.	SCGAP	X		X	
4.2 Gestão de bens imóveis (Bens em uso especial)	Materialidade e Criticidade: 25 imóveis sob gestão deste TRT: 19 próprios e 6 locados ou cedidos de terceiros. Os exames de auditoria indicam que a regularização documental e cadastral dos imóveis junto à Superintendência do Patrimônio da União do Ceará (SPU/CE) encontra-se inconclusa a vários exercícios.	SCGAP	X		X	



PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – QUADRIÊNIO 2018/2021

ANEXO I

TEMAS/OBJETOS DE AUDITORIA	CRITÉRIOS	SEÇÃO	EXERCÍCIOS			
			2018	2019	2020	2021
4. GESTÃO PATRIMONIAL						
4.3 Planejamento de Obras e de Serviços de Engenharia	Relevância: Obrigação por força de dispositivo legal (Res. CNJ 114/2010 e Res. CSJT 70/2010).	SCGAP	X	X	X	X
5. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO						
5.1 Governança - Ação Coordenada pelo CSJT	Materialidade, relevância e criticidade: Corresponde, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca de 11% das despesas totais, excluídas as despesas com Pessoal e Encargos Sociais (Ver Quadros VII e VIII) e consta como Objetivo nº 3 (Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC no Planejamento) no Plano Estratégico do TRT7.	SCGAP	X			X
5.2 Aquisições de bens e serviços		SCGAP		X		X
5.3 Gestão de contratos de bens e de serviços		SCGAP		X		X
5.4 Aquisições de bens e serviços com recursos descentralizados pelo CSJT		SCGAP	X		X	
6. GESTÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA						
6.1 Contabilização da Folha de Pagamento	Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca de 84% da despesa total do órgão (Ver Quadro I).	SCGOF		X		X
6.2 Registros referentes a empenhos, liquidações e pagamentos	Relevância: A qualidade da informação contábil é fundamental para a gestão da despesa pública e de fomento ao controle social.	SCGOF	X		X	
6.3 Inscrição de Restos a Pagar - RAP	Relevância: Garantir melhoria do processo de execução orçamentária, minimizando o volume de recursos inscritos em restos a pagar.	SCGOF	X		X	
6.4 Encerramento contábil de Exercício	Relevância: A qualidade da informação contábil é fundamental para a gestão da despesa pública e de fomento ao controle social.	SCGOF		X		X
6.5 Demonstrações Contábeis	Relevância: A qualidade da informação contábil é fundamental para a gestão da despesa pública e de fomento ao controle social.	SCGOF	X			
6.6 Execução da Lei Orçamentária Anual (LOA)	Relevância: Proporcionar conjunto de informações à Alta Administração para subsidiar o processo de Governança Institucional	SCGOF		X	X	X

PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – QUADRIÊNIO 2018/2021

ANEXO I

TEMAS/OBJETOS DE AUDITORIA	CRITÉRIOS	SEÇÃO	EXERCÍCIOS			
			2018	2019	2020	2021
6. GESTÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA						
6.7 Execução operacional da Ação Orçamentária "Apreciação das Causas na Justiça do Trabalho"	Relevância: Proporcionar conjunto de informações à Alta Administração para subsidiar o processo de Governança Institucional	SCGOF	X			
6.8 Registros contábeis referentes a passivos	Criticidade: Além da materialidade do objeto a auditoria realizada durante o exercício de 2017 sinaliza a fragilidade dos controles internos.	SCGOF		X		X
6.9 Registros contábeis referentes a precatórios	Materialidade: A despesa empenhada com precatórios, correspondente na tendência de alocação dos recursos orçamentários a cerca de 1% do total das despesas do órgão, tendo atingido R\$4.613,1 milhões em 2017, nunca integrara o Plano de Auditoria (Ver Anexo II - Quadro I).	SCGOF	X			
6.10 Controles das contas de depósitos judiciais de forma a avaliar a consistência das receitas delas decorrentes recolhidas pelas instituições financeiras.	Materialidade e Relevância: As receitas provenientes dos depósitos judiciais representam importante fonte de recursos orçamentários que dão suporte financeiro a programas e ações constantes no Orçamento Anual do TRT.	SCGOF			X	
6.11 Controles da ordem cronológica em processos de pagamento	Criticidade: Reavaliação do cumprimento da legislação tendo em vista a obrigatoriedade da Administração Pública de efetuar os pagamentos aos fornecedores em conformidade com a exigibilidade dos créditos que se apresentem ao pagamento.	SCGOF			X	
6.12 Depreciação de bens	Relevância: Continuidade da avaliação dos procedimentos legais de forma a conferir consistência das demonstrações relacionadas ao patrimônio.	SCGOF	X		X	
6.13 Demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal	Relevância: Obrigação por força de dispositivo legal.	SCGOF	X	X	X	X
7. GESTÃO DE PESSOAS						
7.1 Despesas com Folha de Pagamento (Servidores e Magistrados Ativos, Aposentados e Pensionistas)	Materialidade, Relevância e Criticidade: A Folha de Pagamento, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, corresponde a 84% das despesas totais do órgão, além da existência de determinação específica para constar dos exames nas auditorias de contas regulamentadas pelo TCU (Ver Anexo II - Quadro I).	SCGP	X	X	X	X
7.2 Cadastro de assentamentos funcionais dos Servidores e Magistrados Ativos, Aposentados e Pensionistas	Materialidade, Relevância e Criticidade: O cadastro constitui a base de informações para a Folha de Pagamento de pessoal (89% da despesa do órgão), aliada à migração em curso para o novo Sistema de Gestão de Pessoas (Ver Anexo II - Quadro I).	SCGP			X	



Fonte: Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 2539, 14 ago. 2018. Caderno Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, p. 1.

PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – QUADRIÊNIO 2018/2021

ANEXO I

TEMAS/OBJETOS DE AUDITORIA	CRITÉRIOS	SEÇÃO	EXERCÍCIOS			
			2018	2019	2020	2021
7. GESTÃO DE PESSOAS						
7.3 Controles internos referentes à elaboração da Folha de Pagamento de Pessoal	Materialidade, Relevância e Criticidade: A Folha de Pagamento corresponde a 84% da despesa total do órgão. Ademais, auditorias realizadas sinalizam a existência de fragilidades no controle interno e de elevado nível de risco na sua elaboração, uma vez que dela participam várias unidades do TRT. (Ver Anexo II - Quadro I).	SCGP			X	
7.4 Ações referentes a capacitação e treinamento	Relevância: Ações com impacto direto no desempenho operacional do órgão e fundamentais para garantir observância aos princípios da legalidade, eficiência e eficácia da gestão. As despesas no orçamento total do órgão representaram R\$1.433,6 mil em 2017 (Ver Anexo II - Quadro IX).	SCGP		X		
7.5 Ações referentes a requisição e a cessão de servidores	Relevância e criticidade: Aspecto objeto de grande impacto na gestão operacional e estratégica do órgão, cujas ações de controle e auditoria indicam a existência de deficiências e fragilidades.	SCGP			X	
7.6 Controles internos referentes a pagamentos de sentenças judiciais na Folha de Pagamento.	Criticidade: Procedimento administrativo que resulta em despesas, cujas ações de auditoria e controle indicam a existência de fragilidades.	SCGP	X			
7.7 Sistemas de controles internos administrativos relacionados a gestão de pessoas	Relevância: Impulsionar o processo de gestão de risco na área de gestão de pessoas.	SCGP				X
7.8 Ações de qualidade de vida no trabalho e valorização do servidor	Relevância: Ação de impacto para o bem-estar e o desempenho dos servidores e, portanto, fundamental para garantir a eficiência e eficácia na execução dos programas e ações sob responsabilidade do órgão.	SCGP			X	
7.9 Concessão de diárias e passagens	Relevância e criticidade: Obrigação por força de dispositivo regulamentar (Resolução CSJT 124/2013), além de sinalização em trabalhos de auditoria da necessidade de aperfeiçoamento nos controles internos.	SCGP		X		X
7.10 Ações de Apoio ao Ensino (Programa de estágios de ensino médio e fundamental)	Materialidade: As despesas com a ação corresponde, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca de 4% das despesas empenhadas excluído Grupo de despesas com Pessoal e Encargos Sociais (Ver Anexo II - Quadro VII).	SCGP	X			
7.11 Ações referentes ao Teletrabalho	Relevância: recente regime de trabalho adotado pelo Tribunal, com perspectiva de expansão.	SCGP		X		

PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – QUADRIÊNIO 2018/2021

ANEXO I

TEMAS/OBJETOS DE AUDITORIA	CRITÉRIOS	SEÇÃO	EXERCÍCIOS			
			2018	2019	2020	2021
7. GESTÃO DE PESSOAS						
7.12 Metas e indicadores de desempenho da gestão de pessoas	Relevância: A fixação de metas e indicadores demonstram por meio de métricas o alcance dos resultados, contribuindo diretamente para o atingimento dos objetivos estratégicos do órgão	SCGP			X	
7.13 Desenvolvimento de trilhas no sistema eletrônico de gestão de pessoas	Relevância: Necessidade de racionalizar e aprimorar os trabalhos de controle e auditoria sobre o Grupo de Despesas (Pessoal e Encargos Sociais, incluindo auxílios, vantagens e benefícios), que correspondem a 89% do orçamento total do órgão (Ver Anexo II - Quadro I).	SCGP			X	
8. OUTRAS AÇÕES DE CONTROLE E AUDITORIA						
8.1 Processos de concessão de aposentadoria e pensão (análise prévia)	Relevância e Materialidade: Obrigação por força de dispositivo legal (Instrução Normativa TCU 78/2018), bem como de atos complexos que resultam em pagamentos expressivos e de longa duração, correspondente a 28% das despesas com Pessoal (Ver Anexo II - Quadro I).	SCGP	X	X		
8.2 Processos de concessão de aposentadoria e pensão (análise a posteriori)	Relevância e Materialidade: Obrigação por força de dispositivo legal (Instrução Normativa TCU 78/2018), bem como de atos complexos que resultam em pagamentos expressivos e de longa duração, correspondente a 28% das despesas com Pessoal (Ver Anexo II - Quadro I).	SCGP			X	X
8.3 Prestação de Contas Anual - TCU - Relatório ou Parecer da Unidade de Controle ¹	Relevância: Obrigação por força de dispositivo legal.	SCGAP SCGOF SCGP	X	X	X	X

¹ Nos anos em que o TRT7 seja selecionado como unidade jurisdicionada obrigada à Prestação de Contas ao TCU.

